

# Superior Tribunal de Justiça

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.379.676 - AL (2013/0111977-8)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

**EMBARGANTE : ADELSON MARCELINO CORREIA DA SILVA**

**EMBARGANTE : PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - ESPÓLIO**

**REPR. POR : AUGUSTO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS -  
INVENTARIANTE**

**EMBARGANTE : ADVOCACIA ADELSON MARCELINO &  
ASSOCIADOS**

**ADVOGADO : ADELSON MARCELINO CORREIA DA SILVA (EM  
CAUSA PRÓPRIA) - AL003515**

**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**

## DECISÃO

### Vistos.

Trata-se de Embargos de Divergência interpostos por **ADELSON MARCELINO CORREIA DA SILVA e outro**, com base nos arts. 546 do Código de Processo Civil e 266 do Regimento Interno desta Corte, contra acórdão proferido pela 2ª Turma, assim ementado (fls. 1.378/1.379e):

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APELO NOBRE EM QUE, SOB ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL E DE OFENSA AOS ARTS. 485 E 535 DO CPC/73 E 15 E 16 DA LEI 8.397/92, FORAM SUSTENTADAS AS TESES DE NULIDADE DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, POR SUPOSTA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, E DE INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL APTA A VIABILIZAR O CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA, NA ESPÉCIE, VISANDO DESCONSTITUIR O CAPÍTULO DA DECISÃO, PROFERIDA EM AÇÃO CAUTELAR FISCAL, REFERENTE AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA QUE NEGOU PROVIMENTO AO ESPECIAL, POR RECONHECER A AUSÊNCIA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73 E POR CONSIDERAR O ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RAZÕES DO AGRAVO INTERNO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182/STJ E ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. TESE DE DESCABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA, QUANDO NÃO HOUVER VIOLAÇÃO A DIREITO OBJETIVO. INOVAÇÃO RECURSAL, EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. NÃO CONHECIMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.*

*II. A decisão ora agravada negou provimento ao Recurso Especial, por entender ausente a alegada violação ao art. 535 do CPC/73 e por considerar o acórdão recorrido em consonância com a orientação jurisprudencial firmada pelo STJ, no sentido de que a matéria transitada em julgado, no âmbito de ação cautelar, sobre a qual houve juízo de caráter definitivo, pode ser objeto de ação rescisória, pois constitui coisa julgada material.*

*III. Interposto Agravo interno com razões que não impugnaram, especificamente, todos os fundamentos da decisão agravada – quanto ao reconhecimento da inexistência de violação ao art. 535 do CPC/73 e ao entendimento de que cabe ação rescisória para desconstituir decisão transitada em julgado, no âmbito de ação cautelar, sobre a qual houve juízo de caráter definitivo –, não prospera o inconformismo, quanto ao ponto, em*

*Superior Tribunal de Justiça face da Súmula 182 desta Corte.*

*IV. No presente Agravo interno, a parte agravante sustenta tese nova, não suscitada no Recurso Especial, no sentido de que "não cabe ação rescisória para discutir a irrisoriedade ou exorbitância de verba honorária em que não haja violação ao direito objetivo". Trata-se de indevida inovação recursal, em sede de Agravo interno, que não merece ser conhecida, na forma da jurisprudência.*

*V. Quanto ao ponto do Agravo interno em que se pretende realizar a distinção entre o presente caso e aquele decidido pela Terceira Turma do STJ, no REsp 1.173.061/MA (Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe de 19/11/2012), citado na decisão agravada, ao argumento de que, no aludido precedente, "a sentença inobservou completamente o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC/73", enquanto, no presente caso, "o acórdão rescindendo apenas inverteu os ônus da sucumbência fixados na sentença, mantendo válida a apreciação equitativa ali realizada", razão não assiste à parte agravante, porquanto, em ambos os casos, foi reconhecida a inobservância do § 4º do art. 20 do CPC/73, pelas respectivas decisões rescindendas. No caso em apreço, o Tribunal de origem deixou consignado, no voto condutor do acórdão recorrido, "que a verba honorária que é objeto da presente demanda foi fixada em sede de ação cautelar fiscal, em que não se reconhece maior complexidade e nem demanda trabalho árduo por parte do patrono, que se limitou à apresentação da defesa do contribuinte e elaboração de recurso para esta Corte Regional. Isto sem contar que por se tratar de matéria onde se discute basicamente a verossimilhança do direito, a controvérsia é de fácil solução. Nesse contexto, o arbitramento dos honorários em percentual sobre o valor da causa representa um valor muito expressivo a ser suportado pela parte sucumbente, ainda que se considere que o percentual foi moderadamente fixado, pois redundaria em honorários na exorbitante quantia de quase (...) dez milhões de reais, o que, à evidência, afronta o disposto no artigo 20, § 4º, do CPC", concluindo que "as circunstâncias que permeiam a ação originária*

# Superior Tribunal de Justiça

*mostram que, de fato, os honorários arbitrados não estão conforme as regras do Estatuto Processual sobre o tema".*

*VI. Agravo interno parcialmente conhecido, e, nessa extensão, improvido.*

Alega a Embargante, em síntese, a existência de dissenso entre o acórdão embargado e a AR 3.754/RS.

Nas razões recursais, argumenta que, ao inverter o ônus da causa, mantendo os mesmos critérios de fixação dos honorários de sucumbência adotados pelo juízo de piso, o acórdão rescindendo alinhou-se com a pacífica jurisprudência desse Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, às partes deve ser assegurada igualdade de tratamento, regra esta que reflete a norma constitucional fundamental da isonomia.

## **Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015, combinados com os arts. 34, XVIII, b e c, e 255, I e II, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, respectivamente, a:

i) não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

ii) negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ; e

iii) dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*“O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*dominante acerca do tema”.*

Nos termos do disposto nos arts. 546 do Código de Processo Civil e 34, XVIII e 266, § 3º, do Regimento Interno desta Corte Superior, o Relator está autorizado a negar seguimento aos Embargos de Divergência quando intempestivos, contrariarem Súmula do Tribunal ou não estiver comprovado ou configurado o dissenso.

O inconformismo não prospera.

Inicialmente, anoto que a Embargante transcreveu como divergente o seguinte ponto do acórdão embargado (fl. 1.463e):

*“Quanto à questão de fundo, no exame do ponto controvertido, o acórdão do Tribunal de origem consignou, no que interessa, o seguinte:*

*'A referida cautelar fiscal foi ajuizada com o fito de decretar a indisponibilidade dos bens de Paulo César Cavalcante Farias, tendo sido julgada procedente em primeiro grau e condenado a parte requerida a pagar honorários advocatícios no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.*

*Em sede de apelação a sentença foi reformada nesta Corte, com a inversão do ônus sucumbencial. O acórdão rescindendo foi proferido pela Primeira Turma deste Tribunal e transitou em julgado em 23.09.2009.*

*(...) Em face da inversão do ônus sucumbencial em ação cautelar fiscal, a Fazenda Nacional foi condenada a pagar honorários ao causídico da parte adversa, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.*

*Com o trânsito em julgado da decisão o causídico da parte ré executou a verba honorária pelo valor de R\$ 9.547.577,87 (nove milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos)”.*

Observo que, nesse ponto, o Agravo interno que deu origem ao acórdão embargado não foi sequer conhecido, em razão do óbice da Súmula n. 182/STJ.

Com efeito, o único ponto conhecido do agravo interno refere-se à distinção entre o presente caso e aquele decidido pela Terceira Turma do STJ, no REsp 1.173.061/MA (Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe de 19/11/2012), que não é objeto dos presentes embargos de divergência.

De fato, o agravo interno foi conhecido apenas parcialmente, nos seguintes termos (fl. 1.402e):

*Quanto ao ponto do Agravo interno em que se pretende realizar a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*distinção entre o presente caso e aquele decidido pela Terceira Turma do STJ, no REsp 1.173.061/MA (Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe de 19/11/2012), citado na decisão agravada, ao argumento de que, no aludido precedente, "a sentença inobservou completamente o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC/73", enquanto, no presente caso, "o acórdão rescindendo apenas inverteu os ônus da sucumbência fixados na sentença, mantendo válida a apreciação equitativa ali realizada", razão não assiste à parte agravante.*

*Isso porque, em ambos os casos, foi reconhecida a inobservância do § 4º do art. 20 do CPC/73, pelas respectivas decisões rescindendas.*

*Com efeito, no caso em apreço, o Tribunal de origem deixou consignado, no voto condutor do acórdão recorrido, "que a verba honorária que é objeto da presente demanda foi fixada em sede de ação cautelar fiscal, em que não se reconhece maior complexidade e nem demanda trabalho árduo por parte do patrono, que se limitou à apresentação da defesa do contribuinte e elaboração de recurso para esta Corte Regional. Isto sem contar que por se tratar de matéria onde se discute basicamente a verossimilhança do direito, a controvérsia é de fácil solução. Nesse contexto, o arbitramento dos honorários em percentual sobre o valor da causa representa um valor muito expressivo a ser suportado pela parte sucumbente, ainda que se considere que o percentual foi moderadamente fixado, pois redundaria em honorários na exorbitante quantia de quase (...) dez milhões de reais, o que, à evidência, afronta o disposto no artigo 20, § 4º, do CPC" (fl. 1.068e), concluindo que "as circunstâncias que permeiam a ação originária mostram que, de fato, os honorários arbitrados não estão conforme as regras do Estatuto Processual sobre o tema" (fl. 1.070e).*

*Ante todo o exposto, conheço parcialmente do Agravo interno, e, nessa extensão, nego-lhe provimento.*

Revela-se inviável o dissenso interpretativo entre julgados quando o paradigma conhece do recurso e adentra o mérito e o acórdão impugnado não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

Essa a orientação pacífica desta Corte, espelhada nos seguintes arestos:

***PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO EMBARGADO. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE.***

*1. Trata-se de Agravo Regimental contra decisão que indeferiu liminarmente Embargos de Divergência interpostos contra acórdão no qual a Quinta Turma, com base na Súmula 7/STJ, não conheceu do Recurso Especial.*

*2. Os Embargos de Divergência não constituem meio adequado para rever técnica de conhecimento recursal, de modo que é impossível reformar, nesta via, o acórdão embargado. Precedentes do STJ.*

3. Além disso, a embargante descumpriu o ônus de realizar o devido cotejo analítico entre os casos confrontados, requisito formal para o conhecimento dos Embargos de Divergência.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg nos EREsp 1277034/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/02/2014, DJe 24/03/2014).

**AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA NOTÓRIA. DISCUSSÃO ACERCA DE REGRA TÉCNICA DE CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. ACÓRDÃO PARADIGMA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE NÃO ULTRAPASSADO. CONFRONTO COM JULGADO DE MÉRITO. NÃO CABIMENTO. INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DE PROVA. ARGUMENTOS REFUTADOS POR AUSÊNCIA DE PROVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 168/STJ.**

1. O dissídio jurisprudencial deve ser demonstrado conforme preceituado nos arts. 266, § 1º, e 255, § 2º, c/c o art. 546, parágrafo único, do CPC, mediante o cotejo analítico dos arestos, demonstrando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

2. É inadmissível, em embargos de divergência, discutir a aplicação de regra técnica de conhecimento do recurso especial, como na hipótese de incidência da Súmula n. 7/STJ.

3. É inviável o dissenso interpretativo entre julgados quando o paradigma conhece do recurso e adentra o mérito e o acórdão impugnado não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

4. Há cerceamento de defesa se a produção de prova foi indeferida e os argumentos da parte são refutados com base em falta de prova.

5. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula n. 168/STJ).

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EAREsp 111594/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/05/2013, DJe 29/05/2013).

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO ESPECIAL (SÚMULA 7/STJ).**

1. Agravo regimental contra decisão que indeferiu liminarmente os embargos de divergência.

2. "Não se verifica similitude fática a autorizar o conhecimento dos embargos de divergência quando os julgados confrontados não guardam idêntico grau de cognição" (AgRg nos EREsp 1.442.743/RS, Rel.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, DJe 24/09/2014).

3. Na espécie, não restou demonstrado o dissídio jurisprudencial suscitado, pois, enquanto o acórdão embargado não admitiu o recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ, o aresto paradigma conheceu e julgou o mérito recursal.

4. Não cabem embargos de divergência para discutir a correta aplicação de regra técnica concernente ao juízo de admissibilidade do recurso especial. Precedentes: AgRg nos EAREsp 211.802/PE, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 01/02/2013; AgRg nos EREsp 930.248/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe 22/11/2012; AgRg nos EAgr 1.337.460/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Corte Especial, DJe 22/11/2012.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EREsp 1422046/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 05/12/2014)

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CRIMINAL. PREVISÃO NO ART. 29 DA LEI N. 8.038/1990. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 619 DO CPP. DISSENSO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. OFENSA AO ART. 158 DO CPP. SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ACÓRDÃOS CONFRONTADOS. INOCORRÊNCIA. DISCUSSÃO ACERCA DA APLICAÇÃO DE REGRA TÉCNICA DE CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE NÃO ULTRAPASSADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. CONFRONTO COM JULGADO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. DIVERGÊNCIA NA APLICAÇÃO DO ENUNCIADO SUMULAR NÃO VERIFICADA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE PARA PROCESSAR E JULGAR WRIT CONTRA ATO DE SEUS ÓRGÃOS JULGADORES. PARADIGMAS ORIUNDOS DE HABEAS CORPUS. INVIABILIDADE. ART. 546, I E II DO CPC. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS JULGADOS CONFRONTADOS. DISSENSO JURISPRUDENCIAL NÃO VERIFICADO. ART. 266, § 1º, DO RISTJ.**

(...)

IV - Não há divergência entre julgados quando o paradigma conhece do recurso e adentra o mérito e o acórdão impugnado não ultrapassa o juízo de admissibilidade, por revelar-se inviável, em sede de Embargos de Divergência, a discussão sobre o acerto ou desacerto de regra técnica de conhecimento utilizada pelo relator do julgado embargado.

(...)

X - Não havendo dissenso jurisprudencial nem similitude fática entre os julgados, resta não atendida, portanto, a exigência do art. 266, § 1º,

*RISTJ.*

*XI - Embargos de Divergência não conhecidos.*

(EResp 1183134/SP, de minha relatoria, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 14/04/2014).

**PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. 1. RECURSO QUE VISA A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DA CORTE. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE NEM SEQUER ADMITE O RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DO ÓBICE PREVISTO NO VERBETE 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO ACERCA DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. REGRA TÉCNICA DE CONHECIMENTO. 2. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

1. A finalidade dos embargos de divergência é a uniformização da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual não podem ser utilizados como nova via recursal, visando corrigir eventual equívoco ou controvérsia advinda do julgamento do próprio recurso especial. Esta é a principal razão que impede a interposição do referido instrumento processual com o objetivo de discutir o acerto ou desacerto na aplicação da regra técnica de conhecimento de recurso especial. Dessarte, cuidando-se de efetiva discussão acerca da possibilidade ou não da incidência do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, não há se falar em cabimento de embargos de divergência.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EResp 1134246/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 19/03/2014).

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INDEFERIMENTO LIMINAR. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO. PRETENSÃO DE SE DISCUTIR JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE.**

1. A finalidade dos embargos de divergência é a uniformização da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Não devem ser apresentados como novo recurso ordinário, nem se prestam para a correção de eventual equívoco ou de violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do apelo especial. Nesse âmbito, não se discute o acerto ou desacerto na aplicação da regra técnica de conhecimento de recurso especial.

2. Tendo o acórdão embargado entendido, ante as conclusões das instâncias ordinárias, pela incidência da Súmula 7/STJ no que tange à identificação dos autores dos direitos autorais violados (conforme o art. 184, § 2º, do CP), tal discussão não tem espaço em embargos de divergência. Por isso, o recurso foi indeferido liminarmente.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl nos EResp 1270581/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2012, DJe



01/08/2012).

Outrossim observo que a Embargante não demonstrou a divergência entre os julgados proferidos na forma preconizada pelo art. 266, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, deixando de proceder ao cotejo analítico, com o escopo de demonstrar que partiram de situações fático-jurídicas idênticas e adotaram conclusões discrepantes, sendo inviável o conhecimento dos embargos de divergência, como estampam o julgado assim ementado:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.**

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora os Embargos de Divergência estivessem sujeitos ao Código de Processo Civil de 1973.*

*II - Os Embargos de Divergência não podem ser conhecidos, nos casos em que a parte recorrente deixa de proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados, com o escopo de demonstrar que partiram de situações fático-jurídicas idênticas e adotaram conclusões discrepantes.*

*III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.*

*IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.*

*V - Agravo Interno improvido.*

(AgInt nos EDcl nos EREsp 1.111.425/SP, de minha relatoria, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/08/2018, DJe 30/08/2018).

Isto posto, com fundamento no art. 932, III, do Código de Processo Civil e art. 34, XVIII, *a* e *b*, do Regimento Interno desta Corte, **NÃO CONHEÇO dos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.**

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

